

OPINIÃO

Assistência médica. E a farmacêutica?

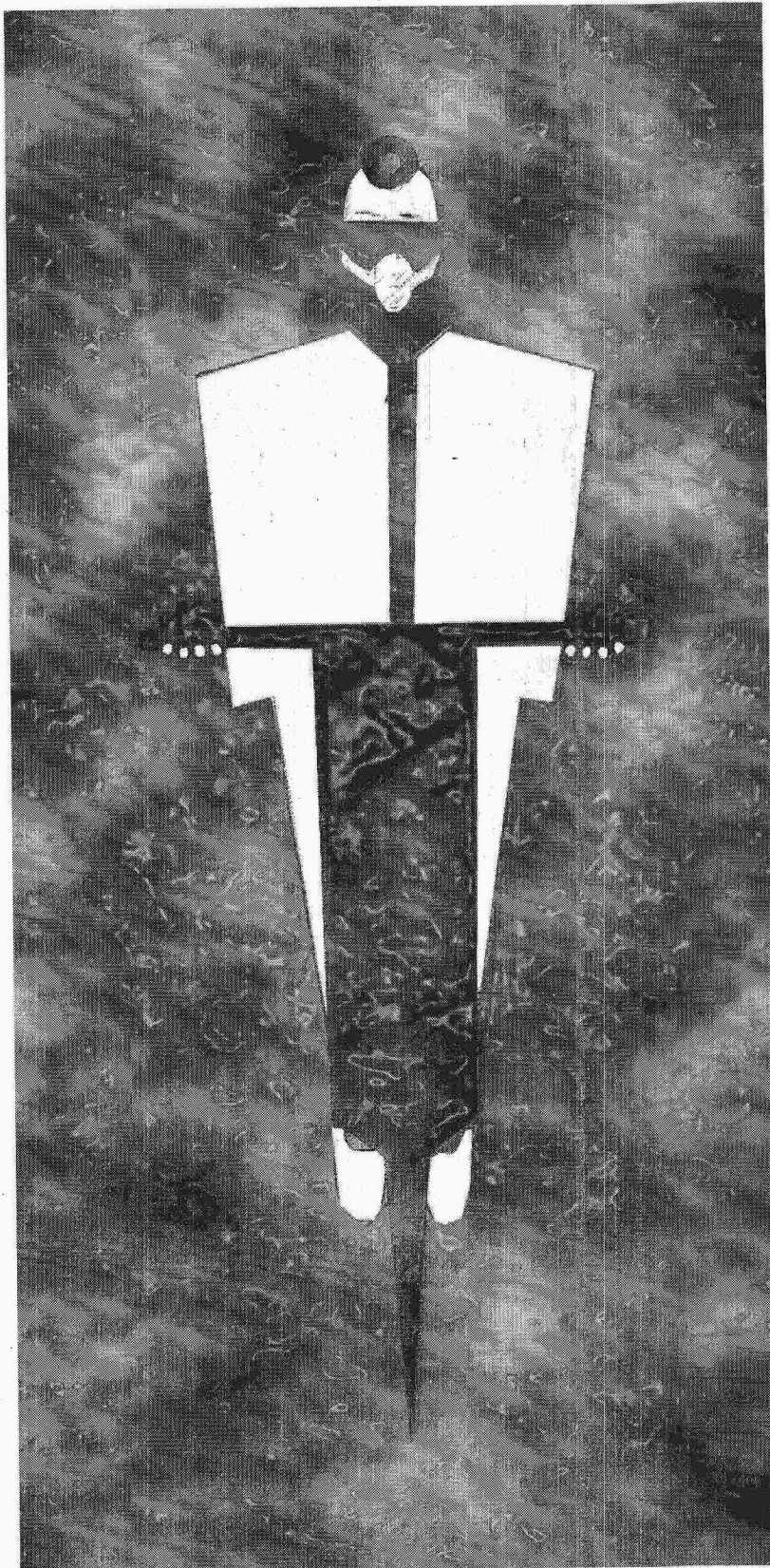
Adelmir Santana*

A aprovação, em segundo turno no Senado, da PEC-Proposta de Emenda Constitucional que vincula recursos da União, Estados e Municípios para financiar ações de saúde, virá em boa hora, e o Ministério da Saúde deveria aproveitar a oportunidade para criar um programa assistencial de distribuição de medicamentos à população carente. O programa, se criado, seria o carro-chefe da campanha do atual ministro-candidato José Serra.

Já dissemos aqui e repetimos: a criação dos genéricos é uma iniciativa louvável. Entretanto, como trata-se de uma medida isolada, necessita de medidas de apoio, que não só diminuam simplesmente os preços, mas que garantam acesso à fatia da população que não tem a mínima condição de adquirir medicamentos, inclusive genéricos.

Temos aqui bem próximos a nós, em Goiás, uma iniciativa que poderia servir como exemplo: a distribuição, pelo governo, de um vale entre pessoas carentes, no caso aqui em discussão, um vale-medicamentos. Para isso, bastaria destinar ao setor de medicamentos uma verba para a compra desses produtos pela população carente. As farmácias, mediante nota fiscal e a cópia do receituário prescrito pelo SUS, receberiam o reembolso do governo. Essa medida certamente seria o complemento ideal que está faltando na lei dos genéricos, permitindo que seja cumprido o objetivo de levar assistência farmacêutica até os carentes bem como a obrigatoriedade da prescrição médica desses produtos.

Além disso, o governo, principalmente o estadual, tem na manga uma carta decisiva para a questão, que é a redução dos impostos, em especial o ICMS. Esse tributo é o que mais onera as farmácias e, conseqüentemente, o consumidor. A partir do repasse dessa redução, os preços ao consumidor sofreriam uma queda significativa. É preciso esclarecer que o ICMS é estadual. Mas os impostos federais



como PIS, Cofins, e todos os que incidem em cascata devem ser também reanalisados.

Há também, como já dissemos em outras oportunidades, que se pulverizar a distribuição, para que não se tenha genéricos exclusivos de alguns laboratórios, que seriam os "genéricos de marca", o que determina uma anulação da iniciativa.

Reafirmamos que há urgên-

cia na criação desse programa assistencial. Não há necessidade de serem criados novos órgãos governamentais, que acabam como a antiga e ineficiente CEME. Basta utilizar a estrutura de cerca de 50 mil farmácias espalhadas pelo País, o que seria suficiente. Qualquer município, por menor que seja, possui no mínimo duas farmácias. Basta apenas a vontade política e

um controle sobre o sistema.

Além da PEC, o governo poderá utilizar-se da mais recente novidade do setor: as câmaras setoriais, aqui apelidado de grupo de trabalho, para efetivar esse plano assistencial e corrigir as dissonâncias do setor.

Esses grupos de trabalho reunirão autoridades do governo e do setor privado para discutir a regulamentação de políticas e preços para setores específicos da economia. O alvo, hoje, é o setor farmacêutico. É claro que a iniciativa é nobre e deverá render frutos para a população, por meio da conseqüente redução dos preços dos medicamentos, e, para que isso ocorra, não será necessária uma repressão ao setor. As farmácias já atingiram o seu limite, oferecendo descontos de até 50%, mesmo com a redução dos preços dos medicamentos. Para o início dos trabalhos do grupo uma situação inusitada deverá ser o alvo dos debates: os preços dos medicamentos são liberados na indústria e tabelados no varejo. Portanto, se for adotada, a política de controle de preços, deverá valer para todos os setores.

O grupo de trabalho, já instituído, é formado por técnicos do Ministério da Saúde, da Fazenda e da Justiça, além da Advocacia Geral da União e do Ministério Público. A essas autoridades se juntarão um representante dos consumidores, outro das distribuidoras de medicamentos, dois das farmácias e três da indústria farmacêutica.

A principal discussão a ser levantada nesse grupo de trabalho é a questão da extinção e redução de tributos. Daí sim, as farmácias poderiam protagonizar a alteração dos preços. Uma vez que as farmácias não têm influência no aumento de preços, elas apenas repassam os valores originados pela indústria. Essa medida refletiria de imediato nos preços dos remédios.

*Adelmir Santana é empresário, presidente do SINCOFARMA-DF - Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Distrito Federal.